

info

mutualidades portuguesas

Notícias do Mutualismo
INFORMAÇÃO MENSAL
06 | SETEMBRO 2011

Edição e Propriedade
**União das Mutualidades
Portuguesas**

www.mutualismo.com
uniao@mutualismo.com

Design
Niels Fischer
Composição e Impressão
Heragráfica

DISTRIBUIÇÃO GRATUÍTA

ATUALIDADE

Conferências de Economia Social

A economia social foi o motivo do debate nas Conferências de Economia Social, realizadas entre 12 e 16 de setembro, em Lisboa. A organização foi da CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social. Sob o lema «Conhecer o Presente. Confiar no Futuro», sucederam-se diversos debates, com a presença de especialistas nacionais e internacionais, onde se discutiram temas como o conceito de economia social; a história da economia social; a economia social em Portugal; a reforma da legislação do sector; a economia social na União Europeia e no mundo; a economia social e a democratização da economia; os desafios, a inovação e o empreendedorismo social; a economia social e o futuro.

Os cinco dias das Conferências contaram com mais de uma centena de participantes, oriundos de organizações das diversas famílias do sector da economia social, nomeadamente cooperativas, mutualidades, misericórdias, instituições de

solidariedade, associações de desenvolvimento local e coletividades de cultura, recreio e desporto.

O mutualismo também foi abordado, através da intervenção, num dos painéis, do Dr. Alberto Ramalheira, presidente do Conselho de Administração da União das Mutualidades Portuguesas.

Mais informação em
www.cases.pt

Estudo do Parlamento Europeu sobre as mutualidades na Europa



O Parlamento Europeu acabou de publicar um estudo sobre o papel das mutualidades no século XXI, realizado pela organização holandesa Research voor Beleid, cujos autores são Douwwe Grijpstra, Simon Broek, Bert-Jan Buiskool e Mirjam Plooi.

Numa primeira parte, o estudo debruça-se sobre a história das mutualidades na Europa, a sua importância económica, assim como o seu papel e lugar na Europa e na proteção social.

Em seguida, analisa as mutualidades no contexto do mercado interno europeu, as eventuais exigências de conformidade com a legislação e a regulamentação das instituições financeiras e os consequentes riscos de desmutualização. O estudo considera que as atividades das mutualidades se podem integrar nos “serviços sociais de interesse geral” e sublinha a importância da criação de um estatuto da mutualidade europeia. Num capítulo dedicado às mutualidades num contexto económico em evolução, o estudo analisa as vantagens e as desvantagens das mutualidades face às sociedades de capitais, em período de crise económica e financeira. Por fim, o estudo examina o papel atual e fu-

turo das mutualidades na União Europeia e os principais desafios que enfrentam. Em conclusão, o estudo considera que as mutualidades mantêm integralmente o seu lugar e oferecem um importante valor acrescentado para a economia europeia e para a sociedade no seu conjunto. O documento só está disponível na versão inglesa. Para acesso ao documento, consultar www.aim-mutual.org.

Este estudo será apresentado, por um dos seus autores, durante o 10.º Congresso de Mutualismo 2011. ■

PUBLICAÇÕES

Segurança social para a justiça social e uma globalização justa



Entre 1 e 17 de junho, realizou-se, em Genebra, a 100.ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho, promovida pela Organização Internacional do Trabalho. No seu contexto, sublinhe-se a importante discussão do Relatório sobre Segurança Social, no quadro do seguimento da Declaração da OIT de 2008 sobre Justiça Social para uma Globalização Justa. O Relatório apresenta um retrato mundial da situação da proteção social, identifica desafios e respostas nacionais e afirma o seu papel crucial na redução do impacto social das crises económicas.

O Relatório está disponível em língua portuguesa, em www.ilo.org/lisbon. ■

Impulso Positivo, n.º 4, julho/agosto 2011



Saiu mais um número da revista Impulso Positivo, que tem como tema central a construção de parcerias.

Mais informações em www.impulsopositivo.com

DA UNIÃO...

Quadro Normativo das Creches – Condições de funcionamento e instalação

A Portaria n.º 262/2011, de 31 de Agosto, estabelece o novo quadro normativo de instalação e funcionamento da resposta social Creche, revogando as anteriores regras técnicas fixadas pelo despacho normativo n.º 99/89, de 27 de Outubro.

O regime jurídico estabelecido na Portaria aplica-se às creches detidas pelas instituições do sector social já constituídas e às que venham a ser constituídas, excluindo-se em relação às primeiras, as regras de instalação, conforme consta do n.º 2 do art.º 2 da citada Portaria que estabelece que o disposto nos art.ºs 16.º a 22.º não se aplica às creches já em funcionamento ou àquelas cujo processo de licenciamento de construção ou da actividade se encontra em curso à data da entrada em vigor da Portaria.

Conforme resulta do preâmbulo, este diploma legal visa concretizar um dos objectivos consagrados no

Programa de Emergência Social (PES), permitindo um maior aproveitamento da capacidade instalada das creches e da sua sustentabilidade. Com efeito o número máximo de crianças por grupo passa a ser de:

- 10, até à aquisição da marcha (mais duas crianças do que a anterior legislação permitia);
- 14, entre a aquisição da marcha e os 24 meses (mais quatro crianças do que a anterior legislação permitia);
- 18, entre os 24 e os 36 meses (mais três crianças do que a anterior legislação permitia);

Cada grupo funciona em sala própria, sendo a área mínima por criança de dois metros quadrados, podendo ser de 1 metro quadrado para o grupo dos 24 aos 36 meses quando este não exceda as 16 crianças.

O quadro de pessoal encontra-se consagrado no art.º 10.º da citada Portaria e prevê a possibilidade da confecção de refeições e a higiene do ambiente poderem ser feitas em regime de outsourcing. Prevê-se, ainda, a eventualidade de poder existir a colaboração de voluntários não podendo estes ser considerados para efeitos de quadro de pessoal.

As regras técnicas relativas às áreas funcionais e respectivo equipamento constam do anexo à portaria da qual fazem parte integrante.

Microprodução de energia eléctrica

O regime jurídico da microprodução de electricidade constante do decreto-lei n.º 363/2007, de 2 de Novembro, foi alterado pelo Decreto-lei n.º 118-A/2010, de 25 de Outubro.

O referido diploma legal prevê que o procedimento de acesso à microprodução seja processado em plataforma electrónica, denominada **Sistema de Registo de Micropro-**

dução (SRM), sendo aí efectuado o registo do promotor, a marcha do respectivo procedimento e os termos de aceitação e recusa de registo e atribuição da potência de ligação à rede.

Por despacho da Direcção Geral de Energia e Geologia, de 30 de Dezembro de 2010, foi estabelecido que a quota de potência de ligação a alocar no ano de 2011, é de 29,6 MW, a qual deveria estar concluída em Agosto.

Verifica-se, porém, que a potência total já atribuída até Agosto, inclusive, não permitiu concluir o esgotamento da referida quota, registando-se um saldo de 6,8 MW, não utilizado pelos promotores.

Assim, e visando a utilização desse saldo remanescente, a DGEG proferiu um despacho no sentido do SRM prosseguir com a realização de novos registos até ao esgotamento da quota de 2011.

DAS MUTUALIDADES...

Parabéns aos aniversariantes

Em Setembro faz anos que se fundaram as Mutualidades:

04/09/1862

ASM «4 de Setembro de 1862»
Funchal

10/09/1905

ASM S. Francisco Assis de Anta

10/09/1926

Mutualidade Popular

29/09/1856

ASM Abrantino Soares Mendes

30/09/1929 – A Lutuosa ASM

SABIA QUE...

Segundo dados do Eurostat, a população dos 27 países da União Europeia atingiu 502,5 milhões de habitantes em 1 de Janeiro de 2011, o que corresponde a um aumento anual de 1,4 milhões. Este acrés-

cimo é explicado em cerca de 40% pelo crescimento natural da população e em cerca de 60% pelo movimento migratório. Só a Zona Euro registava 332 milhões de habitantes, tendo tido um aumento anual de 1,1 milhões.

NOVIDADES JURÍDICAS

· Portaria n.º 262/2011. D.R. n.º 167, Série I de 2011-08-31

Ministério da Solidariedade e da Segurança Social

Estabelece as normas reguladoras das condições de instalação e funcionamento das creches.

· Despacho n.º 10 783-B/2011. D.R. n.º 167, Série II de 2011-08-31

Ministério da Saúde

Define o modelo das requisições eletrónicas de meios complementares de diagnóstico e terapêutica e que o modelo de documento pré-impresso para efeitos de requisição manual passa a ser de utilização excecional.

· Despacho n.º 10 430/2011. D.R. n.º 158, Série II de 2011-08-18

Ministério da Saúde

Estabelece um conjunto de procedimentos à introdução de ajustamentos relativos à prescrição de meios complementares de diagnóstico e terapêutica (MCDT).

· Despacho n.º 10783-A/2011. D.R. n.º 167, Suplemento, Série II de 2011-08-31

Ministérios das Finanças e da Saúde

Fixa a meta de referência para a redução dos custos operacionais dos hospitais, centros hospitalares e unidades locais de saúde integrados no sector empresarial do Estado, para 2012, num valor inferior em 11 % ao de 2011.

· Lei n.º 49/2011. D.R. n.º 172, Série I de 2011-09-07

Assembleia da República

Aprova uma sobretaxa extraordinária sobre os rendimentos sujeitos a IRS auferidos no ano de 2011, alterando o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de Novembro.

· Despacho n.º 11374/2011. D.R. n.º 172, Série II de 2011-09-07

Ministério da Saúde – Gabinete do Secretário de Estado da Saúde

Determina que a Administração Central do Sistema de Saúde, I. P., divulga mensalmente, no seu sítio da internet, até ao dia 8 do mês n+2, os principais dados de actividade, desempenho assistencial e económico-financeiro das entidades do Serviço Nacional de Saúde e outros serviços autónomos.

· Portaria n.º 267-A/2011. D.R. n.º 178, Suplemento, Série I de 2011-09-15

Ministério da Saúde

Define as condições de inclusão de novos medicamentos no regime especial de comparticipação respectivo, quer se trate de medicamentos utilizados no tratamento de determinadas patologias ou por grupos especiais de utentes.

AGENDA

Conferência «Economia com Futuro»

Realiza-se no dia **30 de setembro**, em Lisboa, no Auditório 2 da Fundação Calouste Gulbenkian, a Conferência «**Economia Portuguesa: uma Economia com Futuro**». Este encontro visa a reflexão sobre uma estratégia de desenvolvimento para Portugal que dê prioridade ao emprego, à redução da pobreza e

ao desendividamento, fazendo regressar à Economia os referenciais da ética e os contributos de outras ciências sociais. A Conferência é promovida pela rede *Economia com Futuro* – uma rede de investigadores e professores de economia e de outras ciências sociais que procuram contribuir para a renovação do pensamento e discurso económicos, para a melhoria do conhecimento sobre a economia portuguesa e dos seus problemas e para a participação na descoberta de soluções com futuro em diálogo no espaço público.

Mais informação em www.economicomfuturo.org

Jornada Internacional de Empreendedorismo Social



Realiza-se no dia 13 de outubro, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, a Jornada Internacional de Empreendedorismo Social. A iniciativa é promovida pela A3S e pelo Instituto de Sociologia daquela Faculdade e integra a 5.ª edição do Mês do Terceiro Sector (M3S). Durante a Jornada serão divulgados os resultados preliminares do projeto «Empreendedorismo Social em Portugal: as políticas, as organizações e as práticas de educação/formação». Sob o formato de mesa re-

donda, o M3S é dedicado ao tema dos desafios legais e políticos da economia social. O objetivo é promover o debate e a reflexão sobre as transformações em curso, quer as que resultam da recente criação de novas estruturas políticas e novas medidas de apoio ao desenvolvimento do sector, quer as que são esperadas no quadro do programa do atual Governo.

Mais informação em www.a-3s.org



10.º CONGRESSO DE MUTUALISMO

Na celebração de 100 anos de congressos

10.º Congresso de Mutualismo 2011 em debate na Fundação Oriente a 24 e 25 de Outubro



No Centro de reuniões da Fundação Oriente, à beira do Tejo, vai realizar-se nos dias 24 e 25 de Outubro, o 10.º Congresso de Mutualismo, subordinado ao tema «Responder às Crises por Caminhos Solidários», evento que conta com a honrosa presença dos Senhores Ministros da Solidariedade e Segurança Social e da Saúde, respectivamente, Drs. Pedro Mota Soares e Paulo Macedo, e, ainda, com a honrosa presença do Senhor Presidente da República.